



Filipe Faro da Costa

- Qual a sua posição sobre o projecto de prospecção e exploração de lítio na Serra d'Arga e noutros pontos da geografia alto-minhota?

R: No meu entender esse projeto está condenado ao fracasso quanto à Serra d'Arga, jamais seria perdoado aos partidos do arco do poder que tal coisa avançasse na Serra d'Arga ou noutras áreas protegidas da nossa região, mesmo que só potencialmente. No entanto, não tenho uma posição hipócrita quanto à exploração de lítio, ela é necessária e se devidamente regulada poderá ter o seu lugar, mas nunca em áreas de reserva natural. Não podemos fazer a transição energética só às custas dos outros, e também não podemos fazer a transição energética, nomeadamente automóvel, baseados apenas no lítio, o que agrava imenso a necessidade da sua mineração; até porque já se explora a solução do hidrogénio e dos combustíveis sintéticos que poderão contribuir para uma transição energética diversificada.

A utilização dos nossos recursos naturais tem obrigatoriamente de garantir a manutenção da qualidade de vida das nossas populações, da flora e da fauna, e qualquer uso dos mesmos tem que garantir os devidos benefícios. O nosso "ouro" são as paisagens, as florestas, e a água, água essa que aliás deveria ser devolvida à gestão dos municípios.

- Concorda com a regionalização?

R: Sim, concordo. Entendo que só com a regionalização podemos alterar políticas com séculos de centralismo que deixaram a maior parte do país ao abandono. A regionalização deve permitir uma ligação mais próxima à população do poder legislativo e executivo, mas o modelo tem que ser muito bem avaliado para não correremos o risco de criarmos mais uma estrutura meramente integrada e manipulada por estruturas partidária. Tem que ser mais aberta à cidadania e à participação cidadã do que os atuais modelos governativos, ou seja, as políticas e as decisões de fundo devem passar diretamente pelas decisões da população através de consultas públicas e serem eventualmente referendadas, de modo a obtermos uma democracia mais direta e interessante para as populações na defesa também direta dos seus interesses enquanto comunidade.

Há que ter em atenção a definição do mapa das regiões, o risco do desequilíbrio das maiorias centradas nas áreas mais populosas que podem alavancar decisões igualmente centralizadas numa área ou outra. A meu ver uma solução seria um modelo semelhante à presidência europeia, em que cada distrito tivesse um período de presidência por cada determinada região, de modo a salvaguardar a pluralidade dos diferentes interesses de cada uma e a permitir equidade das decisões. As regiões precisam de ter liberdade de tomar decisões para o seu futuro, para os seus investimentos estruturantes, para as necessidades concretas das suas populações e é isso que um bom modelo de regionalização deve visar.

- Quais as principais propostas que apresenta ao eleitorado para o desenvolvimento desta região periférica?

R: O objetivo primordial das nossas propostas é promover o crescimento demográfico do nosso distrito, e isso só será possível através da inovação a par de um Plano de Mobilidade Regional e de uma melhor gestão dos recursos humanos e naturais. Para nós é fundamental avançar com um Plano de Mobilidade Regional que tenha a linha ferroviária como espinha dorsal para a construção do futuro do distrito, para que a inovação, nomeadamente no emprego verde, tenha sustentabilidade e permita a interligação de todas as nossas sedes de concelho. Para isso é necessário complementar e criar vias estruturantes no Alto-Minho interior e fazer a ligação à Galiza, priorizando a linha ferroviária como meio de transporte ecológico, democrático e fundamental para combater o isolamento e a desertificação, criando novas rotas para o comércio, para a indústria e para o turismo, mais emprego e desenvolvimento local, a isso devemos acrescentar a articulação dos transportes públicos com a utilização da bicicleta. Com isto garantimos mais ecologia, mais dinamismo e menores custos energéticos.

Temos naturalmente outras preocupações como o desenvolvimento de um Plano de Ordenamento do Território que vise melhor aproveitamento dos recursos da região assim como proteger o território de incêndios e poluição, a par disso criar um novo modelo de Guarda-Florestal e avançar com a profissionalização dos bombeiros.

Precisamos de estar na vanguarda do Novo Pacto Verde, criar um plano de investimentos para o combate à emergência ambiental, investir na eficiência energética das casas, reduzindo a fatura e garantido que ninguém passa frio em casa. Será muito interessante também promover projetos de autossuficiência energética doméstica das comunidades, o que seria uma verdadeira inovação e uma enorme mais valia para as populações.

Essencial é também rever a distribuição geográfica dos Serviços Públicos de Saúde, devolver os serviços de proximidade às pessoas, seja através da ativação de extensões locais de saúde em zonas mais isoladas, seja através da devolução das valências aos Centros de Saúde.

Na Educação é necessário aproximar a oferta de ensino às pessoas permitindo um acesso mais fácil e próximo aos mais jovens e mais velhos, valorizando também o papel de toda a comunidade escolar.

Por fim, entre muitas outras propostas, é essencial que exista uma subida dos salários na região, pois sem isso continuaremos a assistir à partida da mão-de-obra qualificada, e não só, deitando por terra todos os progressos que vão sendo feitos.

- O que é um bom resultado eleitoral no distrito de Viana do Castelo para a sua formação política?

R: Qualquer resultado que dê ênfase às nossas propostas e que fique acima dos 2% de votos será bom, mas o nosso objetivo é eleger.